

**DIZERES SOBRE SAID ALI:
O MOVIMENTO AMBÍGUO DE SIGNIFICAÇÃO DE UM AUTOR E SUA
OBRA EM TEXTOS HISTORIOGRÁFICOS¹**

**SAYINGS ABOUT SAID ALI:
THE SIGNIFICATION AMBIGUOUS MOVEMENT OF AN AUTHOR IN
HISTORIOGRAPHIC TEXTS**

Thaís de Araujo da Costa²
Universidade Federal Fluminense/Unicamp

Resumo: Neste artigo, à luz do aporte teórico da Análise de Discurso de base materialista, na sua relação com a História das Ideias Linguísticas, refletimos sobre o movimento de significação dos dizeres *de* Said Ali em textos organizados por gestos historiográficos. O objetivo proposto é investigar as condições de (re)produção e circulação nos séculos XX e XXI de dizeres *sobre* Said Ali com vistas a responder especificamente a três questões, quais sejam: 1) como o nome de autor Said Ali e os dizeres a ele filiados são significados em textos ditos historiográficos?; 2) em que redes de filiações significativas são inscritos?; e 3) qual a relação estabelecida, segundo esses dizeres *sobre* Said Ali, entre filologia, gramática e linguística nos dizeres *de* Said Ali? A análise realizada nos possibilitou depreender a (re)produção de um movimento ambíguo de significação na história das ideias linguísticas no/do Brasil desse nome de autor e dos textos nele inscritos e a existência de uma disputa entre o que se tem por científico e não científico.

Palavras-chave: Dizeres sobre Said Ali. História das ideias linguísticas no/do Brasil. Periodizações.

Abstract: In this paper, based on materialist Discourse Analysis in its relation to the History of Linguistic Ideas, we discuss the signification movement of Said Ali's sayings in texts organized by historiographic gestures. Our aim is to investigate the conditions of (re)production and circulation *about* Said Ali in the XXth and XXIst centuries, focusing on three specific questions, i.e.: 1) how are the author's name Said Ali and the sayings affiliated to it signified on so called historiographical texts?; 2) which significative affiliation networks are they inscribed in?; and 3) what is the relation established, according to these sayings about Said Ali, between philology, grammar and linguistics in Said Ali's sayings? The analysis we carried out enabled us to comprehend the (re)production of an ambiguous movement of signification in the History of Linguistic Ideas in/of Brasil of this author's name and of the texts inscribed in it and the existence of a dispute between what was understood as scientific and non-scientific.

Keywords: Sayings about Said Ali; History of Linguistic Ideas in/of Brazil; Periodization.

¹ Este artigo apresenta resultados parciais da pesquisa de pós-doutoramento intitulada "Dizeres *de* e *sobre* Said Ali: análise discursiva da (meta)história das ideias linguísticas no/do Brasil no final do século XIX e início do século XX", que se encontra em andamento no PPGL-IEL/Unicamp, sob a supervisão da Profa. Dra. Claudia Castellanos Pfeiffer, e no POSLING/UFF, sob a supervisão da Profa. Dra. Vanise Gomes de Medeiros.

² Pesquisadora colaboradora no PPGL-IEL/Unicamp. Pós-doutoranda em História das Ideias Linguísticas no POSLING/UFF. Membro do Grupo Arquivos de Língua (GAL-UFF) e do Laboratório Arquivos do Sujeito (LAS-UFF). E-mail: araujo_thais@yahoo.com.br.

Submetido em 19 de maio de 2020.

Aprovado em 08 de julho de 2020.

Introdução

O que fabrica o historiador quando "faz história"?
(DE CERTEAU, [1975] 2002, p. 65)

“Filólogo”, “Gramático”, “Neogramático”, “Sintaticista”, “Professor”, “Linguista”, “Estruturalista” e até “Estilicista” – esses são alguns dos significantes atribuídos a Manuel Said Ali Ida (1861-1953) em textos historiográficos na tentativa de dar sentido(s) à(s) prática(s) discursiva(s) que os textos inscritos nesse nome materializam. Said Ali, como foi significado socialmente, é um nome de autor (FOUCAULT, 2006; COSTA, 2019a) que divide sentidos na história do conhecimento linguístico-gramatical no/do Brasil, sendo ora significado como um gramático autodidata (sem rigor científico), ora como um linguista incompreendido por estar à frente de seu tempo e ainda como um fundador de discursividade, o primeiro a produzir no país uma gramática descritivo-científica nos moldes do estruturalismo europeu.

Neste artigo, considerando que esses dizeres (des)encontrados colocam em questão diferentes movimentos de leitura em relação aos textos inscritos nesse nome de autor, à luz do aporte teórico da Análise de Discurso de base materialista (PÊCHEUX, [1975] 2009; ORLANDI, [1996] 2007), na sua relação com a História das Ideias Linguísticas (AUROUX, [1992] 2009; ORLANDI, 2002), propomo-nos a investigar as condições de (re)produção e circulação de tais dizeres, bem como os efeitos de sentidos produzidos por eles e a partir deles. Com esse fito, revisitaremos aquilo que, em conformidade com a proposta de Orlandi ([1990]2008), tomamos como dizeres *sobre* Said Ali, a saber: textos organizados por gestos historiográficos que têm como objeto, de um modo geral, estudos linguístico-gramaticais desenvolvidos no Brasil – como as chamadas periodizações – ou, especificamente, aqueles filiados ao nome de autor Said Ali. Tendo em vista o objetivo aqui proposto, pretendemos ainda com este estudo responder a três questões, quais sejam: 1) como o nome de autor Said Ali e os dizeres a ele filiados são significados em textos ditos historiográficos?; 2) em que redes de filiações significativas são inscritos?; e 3) qual a relação estabelecida, segundo os dizeres *sobre* Said Ali, entre filologia, gramática e linguística nos dizeres *de* Said Ali?

1. Pressupostos teóricos: dizeres sobre Said Ali em textos ditos historiográficos

Introduzimos esta reflexão com uma epígrafe de Michel De Certeau ([1975]2002) em que o teórico da história questiona o que o historiador “fabrica” quando “faz história”. É de outro teórico da história, o estadunidense Hayden White, que lançaremos mão para introduzirmos uma proposta inicial de resposta a essa questão. Segundo White (1994, p. 24), “o que o discurso histórico produz são interpretações de seja qual for a informação ou o conhecimento do passado de que o historiador dispõe”. A história vista enquanto discurso só é acessível, ainda de acordo com esse autor, por meio da linguagem, o que implica considerar que a “nossa experiência da história é indissociável de nosso discurso sobre ela” (ibid., p. 23) e que esse discurso somente ganha forma material por meio de “um tipo específico de escrita”. Esse tipo específico de escrita da história – qual seja: a historiografia – é também, de acordo com essa perspectiva, determinante desse discurso, no sentido em que estabelece o modo como nos relacionaremos com isso que chamamos de “passado”, entendido como “algo sobre o que se pode falar de maneira significativa” (ibid., p. 24) e, com isso, *fabricar* histórias, para retomarmos aqui o termo de De Certeau.

Para esse autor, “toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural” em função do qual se instauram os métodos, se delineiam os interesses e se determinam os objetos e as questões (DE CERTEAU, [1975] 2002, p. 66). Essa concepção, conforme a reflexão de De Certeau e também a de White, é o que nos permite pensar na verdade não enquanto um fato empírico, mas como efeito – um efeito de verdade, nos moldes de Medeiros (2017) –, isto é, uma construção histórica, uma interpretação do historiador na tentativa de significar, de apreender o seu objeto, o que, por seu turno, implica a consideração da existência de diferentes verdades, por vezes, inclusive contraditórias. Nesse sentido, Colombat, Fournier e Puech (2010, p. 15), propondo um distanciamento entre o historiador e o objeto do seu dizer, afirmam que, ao se fazer história das ideias linguísticas, “não se trata de fazer a história da verdade que, com efeito, não existe, mas sim a do conhecimento da verdade, isto é, dos procedimentos, das estratégias que conduziram ao conhecimento da verdade” [tradução minha]³ ou, pensando discursivamente, disso que se projetou/ foi projetado nessa e a partir dessa história como verdade.

³ Do original: “Il s’agit non de faire l’histoire du vrai qui en effet n’en a pas, mais celle de la connaissance du vrai, c’est-à-dire des procédures, des stratégies qui ont conduit à la connaissance du vrai (...)”.

Tendo em vista o gesto de interpretação empreendido pelo historiador, White (1994, p. 25) pontua ainda que a “tradução” dos discursos históricos “numa forma escrita produz um objeto [material] distinto, o texto historiográfico”. Como anunciamos anteriormente, neste artigo, analisaremos textos organizados por gestos historiográficos que tomam como objeto, de um modo geral, estudos linguístico-gramaticais desenvolvidos no Brasil – esse é o caso das chamadas periodizações – ou, especificamente, aqueles filiados ao nome de autor Said Ali. O conceito de nome de autor foi deslocado de Foucault (2006) e não diz respeito ao indivíduo empírico em si, mas aos posicionamentos a que o sujeito se filia/é filiado ao se projetar /ser projetado no dizer como autor, (re)produzindo um efeito de identidade para esse sujeito-autor e de valorização ou desvalorização para os textos que se reagrupam sob o seu nome (Cf. COSTA, 2019a).

Também a noção de autoria (ORLANDI, [1996] 2007; FOUCAULT, 2006) com que trabalhamos foi deslocada do quadro teórico foucaultiano e diz respeito à produção de um lugar de interpretação em meio a outros lugares possíveis. Esse gesto se dá a partir da interpelação ideológica do sujeito em autor e, portanto, da sua filiação a uma dada memória, o que implica o seu posicionamento no interior de uma Formação Discursiva (FD) (PÊCHEUX, [1975]2009), compreendida aqui como um domínio de saber, regionalizações das Formações Ideológicas (FIs) em que se dá a (re)produção de sentido, determinando o que (não) pode e (não) deve ser dito de um determinado lugar – no caso em tela, o do historiador ou historiógrafo, mas também o de gramático, linguista, filólogo etc.

Cabe aqui esclarecer que, ao propormo-nos a analisar textos historiográficos que têm como objeto do dizer, numa abordagem ampla ou específica, textos inscritos no nome de autor Said Ali, consideramos dois níveis discursivos, os quais são igualmente (re)produzidos a partir de gestos de interpretação, a saber: aquele que compreende os dizeres *dos* historiadores/historiógrafos⁴ *sobre* os dizeres *de* Said Ali e aquele que compreende os dizeres *de* Said Ali *sobre* a língua e *sobre* a metalíngua – o que faz dos dizeres *dos* historiadores/historiógrafos dizeres *sobre* a língua e *sobre* a metalíngua em um segundo nível. É a consideração desses dois níveis que tem nos impelido a pensar

⁴ Em artigo anterior (COSTA, 2019b), demonstramos a existência de uma tensão no domínio da História das Ideias Linguísticas e no da Historiografia Linguística entre os significantes história e historiografia, sendo estes ora tomados como termos sinônimos, ora como termos distintos, ora ainda como designações de diferentes domínios de saber. Aqui, se optamos por trabalhar essa tensão, é porque os textos que selecionamos enquadram-se neste último caso, o que é fator determinante, portanto, do gesto de interpretação empreendido.

discursivamente a relação entre história e meta-história – reflexão esta que, em função de ainda encontrar-se em estágio preliminar e de se distanciar do objetivo principal desta exposição, esperamos poder apresentar de forma detalhada em um estudo posterior.

Neste artigo, como dissemos, interessamo-nos pelos dizeres *dos* historiadores/historiógrafos *sobre* os dizeres *de* Said Ali, os quais organizamos em dois grupos, quais sejam: os que conferem uma abordagem mais ampla aos estudos da linguagem e os que lhes dispensam uma abordagem específica. Em textos formulados a partir de gestos historiográficos que tomam como objeto, de uma maneira ampla, o conhecimento linguístico-gramatical em circulação em solo nacional, (re)produzindo uma história do conhecimento linguístico-gramatical no/do Brasil, o comparecimento do nome de autor Said Ali é uma regularidade; as imagens projetadas sobre ele e sobre os textos nele inscritos, no entanto, como veremos adiante, são variadas. O mesmo pode ser dito em relação aos textos que, também organizados por um certo fazer historiográfico, promovem um recorte dessa história, tomando especificamente Said Ali e suas obras como objeto. Em nossa reflexão, aqueles e estes são considerados como dizeres *sobre*, no sentido proposto por Orlandi ([1990] 2008) e desenvolvido por Mariani (1998) – dizeres *sobre* a história do conhecimento linguístico-gramatical no/do Brasil e, especificamente, *sobre* Said Ali, já que, mesmo nos textos que abordam diferentes nomes de autores, interessamo-nos pelas sequências em que se inscrevem gestos de interpretação sobre os dizeres *de* Said Ali, isto é, sobre os textos que se filiam a esse nome, significando-o como um nome de autor e inscrevendo-o, ao mesmo tempo em que se inscrevem, na memória a partir da qual essa história se constitui/é constituída.

O discurso *sobre*, como nos explica Mariani (ibid., pp. 60-61), tem como um de seus efeitos imediatos o fato de “tornar objeto aquilo sobre o que se fala”. Quando o sujeito diz *sobre* um objeto, produz-se entre ele e este um “efeito de distanciamento”, marcando uma diferença em relação ao que é falado que lhe torna possível “formular juízos de valor, emitir opiniões etc., justamente porque não se ‘envolveu’ com a questão”. Em decorrência desse efeito de distanciamento, ainda em conformidade com o que propõe a autora, os discursos *sobre* são significados socialmente como lugares de autoridade em que há a transmissão de algum tipo de conhecimento e, em função disso, atuam na institucionalização de sentidos, produzindo o efeito de linearidade e homogeneidade da memória do discurso que tomam como objeto. Daí serem

considerados como discursos intermediários, já que, ao falarem sobre um *discurso de* (tomado como “discurso-origem”), situam-se entre este e o seu interlocutor, colocando-se como lugar de memória, apagando o gesto de interpretação-autoria empreendido pelos sujeitos-comentaristas⁵ (*sobre* o discurso *de*) e, assim, estabelecendo o que pode e deve ser lembrado e o que pode e deve ser esquecido, apagado.

Todavia, apesar dessa ilusão de apagamento dos gestos de interpretação inerente ao funcionamento do discurso *sobre*, a nossa inscrição no lugar do analista-historiador (HORTA NUNES, 2008) nos permite historicizá-los e depreender os efeitos produzidos em sua materialidade pelas distintas condições de produção por que são determinados. Assim, ao conceber os dizeres *sobre* Said ali como produtos de gestos de interpretação, a partir dos quais os sujeitos se projetam/são projetados no dizer *sobre* como autores-comentaristas dos dizeres *de* Said Ali, os tomamos como efeitos da memória de leitura dos dizeres cujos sentidos buscam disciplinarizar na sua relação com a memória dos discursos *sobre* a história do conhecimento linguístico-gramatical no/do Brasil em circulação no momento de sua formulação, sem desconsiderar, contudo, que, enquanto produtos desses gestos, também passam a se inscrever nessa história produzindo efeitos sobre ela e sobre a(s) memória(s) que a constitui.

Em outras palavras, o que estamos sinalizando aqui é que os gestos de interpretação-autoria de historiadores/históriógrafos, determinados por condições específicas de (re)produção, tomam os dizeres *de* Said Ali como objeto, buscando, a partir da inscrição desses sujeitos numa dada FD, significá-los. Ao fazerem isso, porém, também se inscrevem na memória de dizeres sobre a (re)produção do conhecimento sobre a(s) língua(s) no/do Brasil, projetando sobre os dizeres *de* Said Ali e, portanto, sobre esse nome de autor um imaginário de valorização ou de desvalorização, de cientificidade ou de acientificidade.

Lembremos ainda que, como propusera De Certeau ([1975]2002, p. 102), em textos historiográficos, os nomes próprios (e aqui interessam-nos especificamente os de autores) tomados como objeto do dizer têm “valor de citação”, no sentido em que o seu comparecimento os torna “imediatamente afiançáveis”. Entendemos que esse valor, no

⁵ Referimo-nos aqui à noção de comentário proposta por Foucault. O comentário, segundo Foucault (2007, pp. 25-26): “não tem outro papel, sejam quais forem as técnicas empregadas, senão o de dizer *enfim* aquilo que estava articulado silenciosamente no *texto primeiro* [...], dizer pela primeira vez aquilo que, entretanto, já havia sido dito e repetir incansavelmente aquilo que, no entanto, não havia jamais sido dito. [...] O comentário conjura o acaso do discurso fazendo-lhe sua parte: permitindo-lhe dizer algo além do texto mesmo, mas com a condição de que o texto mesmo seja dito e de certo modo realizado. [...] O novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta” [itálicos do autor].

entanto, não é dado *a priori*, como considerou o teórico da história. Tais nomes não se encontram previamente “preenchidos”, não operam somente uma “linguagem referencial”, mas também não se reduzem a significantes. Ao contrário, são, ao mesmo tempo, como nos ensina Pêcheux ([1983] 2006), estrutura e acontecimento. E isso porque, como será possível observar a partir das análises aqui depreendidas, assim como qualquer outro nome, o nome de autor tem memória, e esta nele se faz significar, a partir dos gestos de interpretação, quando do acontecimento do seu retorno, isto é, por ocasião da sua mobilização tanto nos dizeres sobre um determinado nome como nos dizeres nele inscritos, produzindo, assim, uma ilusão de referencialidade, de externalidade daquilo que De Certeau ([1975] 2002) colocou como “um saber do outro”, que funciona para os textos historiográficos como uma condição de comparecimento de um dado nome e, por conseguinte, de existência de textos sobre ele.

Dito isto, cabe ainda pontuar que, dentre os dizeres *sobre* Said Ali que nos propomos a analisar, notadamente dentre aqueles que dissemos promoverem uma abordagem ampla do conhecimento linguístico-gramatical em circulação em solo nacional, destacam-se as chamadas periodizações – tomadas aqui como produtos de gestos de interpretação a partir dos quais se projeta um imaginário em que os estudos desenvolvidos no Brasil em um dado recorte temporal são dispostos numa sequência cronológica, linear, homogênea e sem falhas. Existem quatro periodizações dos estudos filológicos/linguísticos brasileiros que, produzidas de diferentes lugares e sob distintas condições de (re)produção, são bastante difundidas no meio acadêmico. São elas: Nascentes ([1939] 2003a), Elia ([1963] 1975), Cavaliere (2001) e Guimarães (1996/2004). Aqui as tomaremos, em sua disposição cronológica, como norteadoras de nossa reflexão e as articularemos, sempre que se impuser a necessidade, a outros dizeres *sobre* Said Ali.

2. Dizeres em circulação no século XX: as periodizações de Nascentes e Elia

De acordo com a periodização dos estudos filológicos desenvolvidos no Brasil de Nascentes ([1939] 2003a), a obra de Said Ali situa-se no terceiro período que, nomeado pelo periodicista de *gramatical*, vai de 1881, ano da publicação da gramática de Júlio Ribeiro, a 1939, ano da fundação da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil. No dizer de Nascentes, embora seja reconhecido o mérito dos estudos filiados ao nome de Said Ali – sobretudo o de *Dificuldades da língua portuguesa* (1ª edição, 1908),

que, de acordo com o periodicista, é “um dos mais notáveis trabalhos filológicos jamais publicados no Brasil”, um “trabalho de fôlego, original de ponta a ponta, (...) que resolve de modo cabal muitas questões que andavam em discussão” ([1939] 2003a, p. 199) –, esse período é caracterizado como de “autodidatismo” e de falta de rigor científico. Tal situação, no entanto, a seu ver, começa a mudar a partir de 1939, quando se inicia um quarto período, nomeado *científico*, já que, “moldadas pela Faculdade da Universidade do Brasil, já se projetam faculdades estaduais e particulares nas mais populosas cidades do Brasil”, de modo que “a Filologia, que já havia deixado o empirismo, que já passara pela fase das gramáticas normativas [em que se situa, para Nascentes, os estudos de Said Ali], vai agora se assentar em bases científicas” e, cessando o “autodidatismo”, “a mocidade terá a seu dispor mestres experimentados, livros, revistas e outros elementos de estudo” (ibid., p. 204).

Sendo assim, gostaríamos de ressaltar aqui, para início desta reflexão, duas questões atinentes às condições de (re)produção da periodização de Nascentes: 1) ela é publicada justamente no ano em que se afirma iniciar um novo período dito *científico*; e 2), em decorrência de 1), a caracterização desse período, diferentemente do que se dá em relação aos outros três períodos apresentados pelo filólogo, constitui-se como uma projeção sobre o futuro⁶ da Filologia Portuguesa no Brasil. Tal projeção, que se materializa na língua por meio das formas verbais de futuro [“a Filologia (...) *vai agora se assentar*”, “A mocidade *terá*”], estabelece um imaginário de cientificidade para os estudos filológicos que a partir de então serão desenvolvidos no país, já que se concebe que estes passarão a se sustentar em “bases científicas”. A despeito disso, embora se projete sobre o porvir, esse imaginário – assim como o de defasagem dos estudos até então desenvolvidos em solo nacional – produz ressonâncias em textos publicados durante e após o período designado por Nascentes como científico. É o que veremos nas periodizações de Elia ([1963] 1975), Cavaliere (2001) e Guimarães (2004b), e em textos que se dedicam especificamente a Said Ali e sua obra.

Na periodização de Elia ([1963]1975), também sobre os estudos filológicos desenvolvidos no Brasil e publicada vinte e quatro anos após a de Nascentes, Said Ali situa-se na segunda fase do segundo período que, nomeado *científico*, vai de 1880 a 1960. Essa segunda fase, situada entre 1900 e 1960, é, por sua vez, composta por três gerações. A obra de Said Ali é inscrita especificamente na segunda delas, a qual,

⁶ Refiro-me aqui, à luz do conceito de formações imaginárias de Pêcheux ([1969] 2010), à imagem projetada no dizer disso que se toma por futuro da Filologia Portuguesa no Brasil.

compreendida entre 1920 e 1940, se caracteriza, segundo este periodicista, por ser a “época em que surgem os nossos valores mais representativos, verdadeira réplica da brilhante plêiade dos filólogos portugueses que os precederam” (ibid., p. 121).

Elia dedica uma parte significativa da sua periodização a Said Ali. São aproximadamente quatro páginas nas quais convoca dizeres de outros filólogos, linguistas e historiadores/historiógrafos como comprovação do mérito daquele que, em suas palavras, “foi um dos maiores vultos da Filologia Portuguesa de todos os tempos”, ainda que, a seu ver, não tenha produzido muito (ibid., p. 129). Esse sentido de pouca produtividade, segundo Elia, também foi observado pelo professor A. J. de Figueiredo, em uma resenha publicada em 1947.

Bechara (1962, p. 18), em tese sobre a contribuição de Said Ali à filologia portuguesa⁷, assim como outros comentaristas de sua obra, distancia-se, no entanto, desse posicionamento, contestando a afirmação de pouca produtividade de Ali. Para ele, a “longa lista de obras que representa cerca de 65 anos de atividade em pesquisas lingüísticas vem destruir a opinião geralmente aceita de que o Prof. Said Ali ‘pouco produziu’”. Elia ([1963] 1975, p. 132), por seu turno, comentando essa afirmação de Bechara, considera que isso é “uma verdade relativa”, “tendo em vista as condições então pouco estimuladoras (...) do trabalho intelectual especulativo”. Essas condições consideradas *pouco estimuladoras* serão esclarecidas adiante.

Em sua periodização, Elia, citando a passagem de Nascentes ([1939] 2003a, p. 199) que analisamos anteriormente, também destaca a qualidade de *Dificuldades da língua portuguesa* e, mobilizando o dizer do professor Albino de Bem Veiga, a da *Gramática histórica da língua portuguesa*, que, apesar de toda a polêmica instaurada por ocasião de sua publicação⁸, conforme esse professor, deu a Said Ali “a coroa da glória” ([1963] 1975, p. 130).

⁷ Parte dessa tese foi proferida numa conferência em 1969, em Porto Alegre, a convite do Instituto Cultural Brasileiro-Árabe e publicada em formato de livro no mesmo ano sob o título *A contribuição de M. Said Ali à Linguística Portuguesa* e, em 1975, como capítulo introdutório de uma coletânea de artigos de Said Ali organizada por Bechara e intitulada *Investigações filológicas*. Na versão de 1975, embora não tenha havido alterações no corpo do texto em relação à versão de 1969, o título volta à sua formulação inicial, a saber: “M. Said Ali e sua contribuição para a Filologia Portuguesa”.

⁸ O movimento ambíguo de significação da gramática dita histórica de Said Ali será abordado de forma mais aprofundada em trabalho posterior. Por ora, basta dizer que esta gramática, a depender das condições de (re)produção das leituras empreendidas, ora era significada como o melhor estudo de língua portuguesa do seu tempo, ora como uma obra estranha que não poderia ser adotada na escola, tendo em vista que na época em questão ainda não havia Faculdades de Letras e as escolas básicas, sobretudo o Colégio Pedro II, como veremos adiante, configuravam-se então como lugar de circulação do conhecimento linguístico-gramatical.

Em seguida, retomando o comentário do filólogo português Manuel Paiva Boléo, então catedrático da Universidade de Coimbra, numa publicação de 1946 em que este caracteriza Said Ali, ao lado de Júlio Moreira, Epifânio Dias e Mário Barreto, como um dos sintaticistas mais representativos da língua portuguesa, afirma ser Said Ali por isso “um dos nossos filólogos definitivamente consagrado” (ibid., loc. cit.) [grifo meu]⁹. É interessante observar que aqui o pronome “nossos” refere-se a nós brasileiros, distinguindo Ali dos demais filólogos nacionais e equiparando-o a estudiosos estrangeiros. O imaginário que se projeta no dizer de Elia é que os estudos sintáticos de Said Ali são tão relevantes que até um filólogo português reconheceu o seu mérito. Esse sentido comparece novamente, na periodização de Elia, quando, retomando o comentário do professor francês I. P. Dimitriu, afirma que “até a estrangeiros que têm entrado em contato com a Filologia Brasileira (...) a importância de Said Ali se tem feito sentir” (ibid., p. 131). O sentido de superioridade da obra de Said Ali em relação a de outros autores nacionais comparece ainda em Neto (1955), Bechara (1962; [1993] 2015), Cavaliere (2001), Guimarães (2004b) e, especificamente em relação a de autores portugueses, em Câmara Jr. ([1961] 2004), Bechara ([1993] 2015), entre outros.

Significando as obras de Said Ali como “atuais” e “modernas”, Elia mobiliza os comentários de Serafim da Silva Neto, em uma homenagem póstuma publicada na *Revista Brasileira de Filologia*, em 1955, e de Mattoso Câmara Jr., em artigo publicado na revista católica de cultura *Vozes*, em 1961. Do primeiro (NETO, 1955), Elia recorta o relato do contato constante com a ciência europeia, apesar da situação adversa que é morar em um país em que não há cursos ou mestres especializados, evidenciando, assim, as condições pouco estimuladoras ao trabalho especulativo outrora mencionadas. Do segundo (CÂMARA JR., [1961] 2004), Elia destaca a afirmação do conhecimento do ponto de vista saussuriano, aludido por Said Ali no prefácio da 2ª edição de *Dificuldades da língua portuguesa*, em 1919, apenas três anos após a publicação do *Curso de Linguística Geral*, de 1916, obra póstuma compilada por Charles Bally e Albert Sechehaye cuja autoria foi atribuída a Ferdinand de Saussure.

É importante fazermos algumas observações em relação à mobilização dos dizeres de Neto (1955) e Câmara Jr. ([1961] 2004) na periodização de Elia. Antes, porém, faz-se preciso relembrar que este, apesar de nomear o período no qual inscreve a obra de Said Ali como *científico* (1880-1960), o divide em duas fases, sendo a segunda

⁹ Paiva Boléo, posteriormente, em 1963, reformularia o seu comentário passando a considerar Said Ali “o maior sintaticista da língua portuguesa” (apud ORLANDI, 2009, p. 36; apud NETO, 1955, p. 111).

delas (1900-1960) subdividida em três gerações. A segunda geração (1920-1940), justamente aquela a que se filia o nome de Said Ali, é caracterizada, assim como vimos em Nascentes ([1939] 2003a), pelo autodidatismo e pelo acientificismo. Para Elia ([1963] 1975), a transição para o “cientificismo” também só se inicia, a partir da instituição das Faculdades de Letras, com a terceira geração, que vai de 1940 a 1960 e é representada por autores que, além de lecionar em sua maioria em instituições de nível superior, estão filiados à Filologia Portuguesa e/ou à Linguística Estrutural. Tendo em vista essa identificação do dizer de Elia ao de Nascentes no que concerne à caracterização do momento anterior e posterior à fundação das Faculdades de Letras no Brasil, podemos concluir que, embora haja, em suas periodizações, algumas divergências em relação à limitação e à nomeação dos períodos, nelas também observamos sentidos que, vinte e quatro anos depois, ainda permanecem em circulação nos discursos *sobre* Said Ali e *sobre* os estudos filológicos/linguísticos desenvolvidos no Brasil.

Quanto à filiação institucional dos estudiosos da linguagem contemporâneos de Said Ali, cabe recordar aqui ainda que Nascentes ([1939] 2003b), em artigo publicado sobre o Colégio Pedro II no mesmo ano de sua periodização, destaca, na ausência de institutos especializados, a importância dessa instituição, onde Said Ali era professor de alemão, para o cultivo da Filologia Portuguesa. Esse sentido também comparece em um artigo publicado por Maximino Maciel em 1910, no qual afirma ser o Colégio Pedro II, nessa época, o centro irradiador de conhecimento sobre a língua no/do Brasil segundo a orientação histórico-comparativa (MACIEL, [1910] 1996).

Apesar disso, tanto no dizer de Nascentes como no de Elia, ambos formulados a partir do lugar do filólogo, na primeira e na segunda metade do século XX, respectivamente, Said Ali, sendo inscrito no período anterior à instituição das primeiras Faculdades de Letras, é significado como um filólogo e gramático autodidata cuja prática, apesar do mérito reconhecido dos textos filiados ao seu nome, é posta como acientífica – e isto a despeito de em Elia ([1963] 1975) estar filiada ao quadro que se significou, na história dos estudos da linguagem, como método histórico-comparativo. Sendo assim, esses fatores sugerem que, mais do que a ausência de uma instituição especializada de nível superior, o que se coloca nesses dizeres *sobre* as ideias linguísticas no/do Brasil é uma disputa entre o que se toma por práticas científicas e acientíficas, entre o que é Ciência e o que não é e, em última instância, em relação ao lugar ocupado pela Filologia e pela Linguística nos estudos da linguagem. Assim, a

criação dessas instituições, contribuindo para pôr em circulação em território nacional outros saberes que não aqueles até então aqui disseminados, faz com que sejam atribuídos a estes um sentido não só de defasagem, mas de falta de rigor científico, como se a ciência da linguagem só começasse a existir de fato no Brasil após esse acontecimento.

Voltemos agora nossa atenção à mobilização das citações de Serafim da Silva Neto e Mattoso Câmara Jr. no dizer de Elia. A citação, conforme Mariani (1995), por colocar em relação dizeres formulados de diferentes posições, é uma forma de materialização da heterogeneidade discursiva¹⁰. A forma como esses dizeres são colocados em relação, isto é, a articulação de diferentes posicionamentos com os quais o sujeito-periodicista pode estar identificado ou não, é resultado do gesto de autoria procedido quando da sua significação como autor-comentarista dos dizeres *de* Said Ali. É, pois, à apreensão dos efeitos dessa articulação que nos deteremos a partir de agora.

Em Neto (1955), embora se reconheça a predominância no Brasil de estudos que se dediquem ao que chama de “problemas práticos” de cunho normativo em detrimento do interesse pelo “estudo científico do português”, no âmbito da Filologia Portuguesa, o que atribui também à falta de Faculdades de Letras, afirma-se que se destacam, a despeito “dessa deficiência fundamental”, “meia dúzia de estudiosos de timbre universitário, de homens que, por si próprios, quase sem o precioso auxílio de guias experimentados, sem bibliotecas públicas especializadas, souberam encontrar o caminho da Ciência” (NETO, 1955, p. 109). Dentre esse “grupo de abnegados e silenciosos trabalhadores” tão importantes para o desenvolvimento da Filologia Portuguesa, Neto destaca então a obra de um de seus pioneiros: Manuel Said Ali Ida. Diz Neto (*ibid.*, p. 110) no trecho citado por Silvia Elia em sua periodização:

Said Ali é um dos admiráveis expoentes da Cultura brasileira, pois sem cursos especializados, sem mestres que o tivessem orientado, soube aprender a Ciência nos livros e escrever uma obra filológica que pede meças no Brasil e pode comparar-se ao que de melhor se faz em Portugal.

Em Neto (*ibid.*, loc. cit.), o sentido de proeminência e superioridade dos estudos de Said Ali se projeta em decorrência de três fatores: 1) o fato de ele falar alemão,

¹⁰ Numa releitura da noção de base enunciativa proposta por Authier-Revuz (1990), com heterogeneidade discursiva Mariani (op. cit.) refere-se à heterogeneidade de imagens projetadas no discurso *de e a partir de* determinado lugar, que representam os posicionamentos aos quais os sujeitos se filiam ao se inscreverem numa dada FD. A heterogeneidade de posições-sujeito ou discursivas é, em AD, uma característica de todo e qualquer texto, tomado enquanto um “exemplar discursivo” (ORLANDI, 1998, p. 9) para o qual a alteridade se constitui na relação com o interdiscurso e com o inconsciente (Pêcheux, [1975] 2009). É, pois, nessa perspectiva, que a citação é considerada como uma forma de materialização, isto é, de inscrição no fio do dizer, dessa heterogeneidade.

língua considerada à época “indispensável” aos estudiosos de filologia, o que lhe possibilitou “aprender a técnica linguística geral que está compendiada nos excelentes e memoráveis livros de Hermann Paul (...) e de von der Gabelentz”, de 1896 e 1891, respectivamente, bem como “compulsar as obras e assimilar a doutrina de um Brugmann, um Delbruch, um Sievers, que são inacessíveis a quem não sabe alemão”; 2) o fato de manusear metódica e constantemente os autores da língua portuguesa não para “recolher arcaísmos ou ‘classicismos’”, mas para “recolher estados da língua, para estabelecer os elos sincrônicos, que o conduziriam à visão diacrônica que planejava descrever, partindo “dos mais antigos para os mais modernos”; e 3) o fato de manter-se “em contato com a ciência européia, estando a par das obras mais importantes que lá se publicavam”, como o anteriormente mencionado *Curso de Linguística Geral*, de Ferdinand de Saussure. Em suma, como é possível perceber pelo exposto, para Neto (ibid., p. 111), a prática teórica e analítica filiada à Filologia Portuguesa e desenvolvida por Said Ali em sua obra rompe com a prática de orientação normativa – e de cunho acientífico – predominantemente em circulação no território nacional, configurando-se, de fato, como “uma atividade científica”, que nesse sentido não ficava a dever a nenhum dos autores-professores universitários enquadrados por Elia na terceira geração do período dito científico.

Câmara Jr. ([1961]2004, p. 223-224), por sua vez, retomando a periodização de Nascentes, afirma que no terceiro período, marcado por uma “tomada de posição em matéria de estudo e ensino de língua materna”, há uma vasta publicação de gramáticas em que se coloca a preocupação com a “organização sistemática dos fatos linguísticos e um salutar afã de procurar diretrizes e conceituações para esse fim”. Influenciados pelo que considera então “a novel ciência da linguagem, que nos meados do século XIX se firmara na Europa e nas últimas décadas do século estava praticamente nas mãos dos linguistas alemães conhecidos pelo nome de ‘neogramáticos’”, os estudos de orientação histórico-evolutiva tinham como foco essencial a fonética. De acordo com Câmara Jr., o principal introdutor dessa corrente nos estudos da língua portuguesa foi o português Leite de Vasconcelos. No Brasil, como decorrência da distância dos centros culturais europeus e da inexistência de universidades – sentidos estes que, como vimos, também comparecem nos textos analisados anteriormente –, o linguista destaca a predominância da “grande preocupação normativa”, isto é, com aquilo que tomavam por “bem falar” e “bem escrever”. Sendo assim, afirma o autor que as gramáticas desse período “procuram, de maneira geral, fundamentar as suas preceituações com a filosofia

linguística evolutiva dos neogramáticos e buscam nessa filosofia novos conceitos e nova nomenclatura gramatical”¹¹ – tendência esta da qual, a seu ver, se distancia Said Ali, como podemos ler na longa sequência citada por Elia em sua periodização (CÂMARA JR., *ibid.*, p. 224):

Said Ali sobreleva no grupo pela muito maior firmeza de propósito e nitidez de doutrina, em virtude de uma compreensão e um conhecimento muito mais seguro da linguística europeia (e especialmente alemã) do seu tempo. Dos neogramáticos não tirou, ao contrário de Leite de Vasconcelos, a orientação histórico-evolutiva, mas as bases doutrinárias para encetar uma sistematização nova dos fatos gramaticais portugueses. A sua fisionomia filológica é a do que hoje chamaríamos um ‘estruturalista’, vendo na língua uma ‘estrutura’, ou rede complexa, mas regularmente traçada, de fatos que se relacionam e se opõem em configurações muito nítidas que ao linguista cabe depreender. Essa noção estava prefigurada na insistente comparação entre a língua e um organismo, que servia de diretriz à ciência da linguagem no século XIX; mas foi Ferdinand de Saussure, com seu livro póstumo de 1916, *Cours de linguistique générale* – quem estabeleceu em bases sólidas o princípio estruturalista, ao mesmo tempo que dissociava o estudo descritivo da língua (que ele chamava ‘sincrônico’) e o estudo da língua em sua evolução no tempo (ou ‘diacrônico’).

Said Ali conheceu bem o ponto de vista saussuriano, que ele cita com simpatia no Prefácio das suas *Dificuldades da língua portuguesa*, uma coletânea de estimulantes artigos sobre questões de doutrina gramatical. E em verdade pode-se dizer que seu campo de interesse foi a descrição sincrônica da língua, nos moldes propugnados por Saussure. Assim, a sua *Gramática histórica* (...) não é o que por esse nome entendiam os seus contemporâneos, os mestres neogramáticos alemães, e o que se entende ainda hoje: um estudo de cadeia de mudanças, a partir do latim vulgar, dos sons vocais, das formas gramaticais e das construções sintáticas. É no fundo uma gramática expositiva, complementada com um cotejo com as antigas fases da língua. Aí se acham apresentadas mais minuciosas as ideias gramaticais que nos oferece nessa admirável síntese didática que é a *Gramática secundária da língua portuguesa*.

Para Câmara Jr., como podemos depreender do recorte acima, Said Ali não se iguala aos demais gramáticos e filólogos de seu tempo em função de, como já havia sido assinalado por Neto, ter “uma compreensão e um conhecimento muito mais seguro da linguística europeia (e especialmente alemã)”, o que, em seu entender, lhe possibilitou inclusive sobrepujar o filólogo português Leite de Vasconcelos, já que não tira, como ele o faz, dos neogramáticos “a orientação histórico evolutiva, mas as bases doutrinárias para encetar uma sistematização nova dos fatos gramaticais portugueses”. Dessa maneira, uma vez que, do lugar de que fala Câmara Jr. – a saber, o do linguista estruturalista –, concebe-se que Said Ali “vê na língua ‘uma estrutura’” – noção cujas

¹¹ Os neogramáticos, conforme Faraco (2005, p. 139), surgiram na Europa na segunda metade do século XIX e se consagraram como “uma nova geração de linguistas relacionados com a Universidade de Leipzig (Alemanha) que, questionando certos pressupostos tradicionais da prática histórico-comparativa, estabeleceu uma orientação metodológica diferente e um conjunto de postulados teóricos para a interpretação da mudança linguística”.

bases sólidas considera terem sido estabelecidas a partir da publicação do *Curso*¹², mas que servia “de diretriz à ciência da linguagem no século XIX” da qual Said Ali apreendeu as “bases doutrinárias” –, a sua “fisionomia filológica” é significada, no dizer mattosiano, como “estruturalista”.

É interessante ainda observar o efeito da referência – tanto em Neto (1955) como em Câmara Jr. ([1961] 2004) – à citação do *Curso* no prefácio da segunda edição de *Dificuldades da língua portuguesa*, publicada em 1919. Esta confere um sentido de atualidade e modernidade ao gesto de autoria de Said Ali, que se entende ter conhecido “bem o ponto de vista saussuriano” e cujo campo de interesse foi, para Câmara Jr., assim como o do linguista genebrino, “a descrição sincrônica da língua”. Tal consideração foi o que lhe fez defender um posicionamento que divide opiniões (e, portanto, sentidos) sobre a *Gramática histórica da língua portuguesa* de Said Ali. Câmara Jr. a significa como “no fundo uma gramática expositiva [entenda-se descritiva], complementada com um cotejo com as antigas fases da língua”. Sob esse ponto de vista, a abordagem diacrônica, nos termos saussurianos, é, pois, considerada, na referida gramática de Said Ali, um complemento à abordagem descritivo-sincrônica empreendida, a qual constitui, então, o cerne de tal compêndio. Ela não é, nesse sentido, “o que por esse nome [gramática histórica] entendiam os seus contemporâneos, os mestres neogramáticos”, tanto é que suas ideias gramaticais podem ser encontradas com “admirável síntese didática”, isto é, sem o complemento diacrônico, na *Gramática secundária da língua portuguesa*, que, voltada para o ensino na escola básica, era então, segundo Bechara (1962, p. 19), “a obra didática mais dentro da perspectiva sincrônica que apareceu no Brasil, e quiçá em língua portuguesa”.

Dois pontos devem ser comentados aqui ainda em relação ao gesto de leitura empreendido por Elia ([1963] 1975) sobre os textos de Neto (1955) e Câmara Jr. ([1961] 2004). Em primeiro lugar, aquilo que Neto (1955) significa, por meio de paráfrases, como um “autodidatismo” de Said Ali – ele não contou com faculdades ou professores especializados e aprendeu as bases teóricas que fundamentariam seus estudos sozinho lendo os livros dos linguistas europeus – e que de certo modo também produz efeitos no dizer de Câmara Jr. não significa da mesma maneira em Elia ([1963] 1975) ou mesmo em Nascentes ([1939] 2003a): para estes, como vimos, essa é uma

¹² Lembremos aqui que, conforme podemos depreender a partir da leitura de Arrivé (2012), essa significação da língua enquanto estrutura é produto dos gestos de leitura empreendidos do e a partir do *Curso*, no qual não comparece a palavra “estrutura”, e sim “sistema”.

característica de um período posto como “acientífico”; já para aqueles é uma evidência do mérito de Said Ali, que, superando todos os obstáculos, conseguiu fazer ciência em solo nacional, destacando-se dos demais. Note-se ainda a tensão entre o que se coloca como científico e acientífico em Elia ([1963] 1975): o segundo período de sua periodização, como vimos, é nomeado científico; nele, no entanto, há uma geração considerada acientífica na qual se inscreve a obra de Said Ali, cujos dizeres, no entanto, em citações mobilizadas pelo periodista, são significados como científicos.

Em segundo lugar, importa observar que, em Câmara Jr. ([1961] 2004), embora se fale da “fisionomia filológica” de Said Ali, este é significado, não como um filólogo, mas como um linguista estruturalista, no sentido que se projetou na Europa a partir da publicação do *Curso*, e interessado, à semelhança de Saussure, pelos estudos sincrônicos. Assim, entendemos que, se ainda se fala em *fisionomia filológica* e se o nome *estruturalista* comparece entre aspas, é porque, na época de Said Ali, o Estruturalismo ainda não havia se instituído como uma ciência e, por conseguinte, ainda não havia se instaurado no domínio dos estudos da linguagem o lugar do linguista estruturalista. Câmara Jr., então, ao ler trinta anos depois a gramática dita histórica de Said Ali, estabelece uma comparação entre este e o que, em sua época, se entendia por “um estruturalista”, significando-o como um linguista à frente do seu tempo – o primeiro a publicar uma obra de estudos sincrônicos sobre o português (brasileiro) nos moldes do estruturalismo europeu – e, com isso, inscrevendo a sua gramática dita histórica, na história do conhecimento linguístico-gramatical no/do Brasil, como o discurso fundador dessa corrente no país – lugar este que hoje, em textos historiográficos, é hegemonicamente atribuído à obra de Mattoso Câmara Jr.

Desse posicionamento, porém, Elia ([1963] 1975, p. 131), ao comentar a sequência recortada de Câmara Jr., se distancia, como podemos ler a seguir:

Nesse longo trecho, que quisemos citar porque contém a opinião de um estudioso dos problemas gerais da ciência da linguagem, portanto capacitado para situar a posição de um vulto como Said Ali na progressão dos conhecimentos filológicos no Brasil, faz-se justiça ao valor singular do grande mestre das *Dificuldades*. Em particular, a sua simpatia pelas doutrinas saussurianas revela o homem de saber sensível às novas colocações da ciência linguística, embora não lhe vejamos estrias estruturalistas. A nosso parecer, Said Ali foi um cultor do método histórico-comparativo, que aplicou de preferência aos fatos morfológicos e sintáticos, praticou a diacronia, entendendo-a corretamente como uma comparação de sincronias.

Note-se que, apesar da autoridade atribuída a Câmara Jr., do lugar de que fala Elia, Said Ali é significado como um filólogo “sensível às novas colocações da ciência linguística”. Ele não é um linguista, nele não se vê “estrias estruturalistas”. Ao contrário,

era “cultor do método histórico-comparativo” – o que, como vimos, é negado por Câmara Jr. – e, enquanto tal, “praticou a diacronia” – e não a sincronia –, o que faria da sua *Gramática histórica da língua portuguesa* uma gramática histórica tradicional, ainda que nela a diacronia seja entendida “*corretamente* como uma comparação de sincronias”, isto é, tal como teria postulado Saussure.

3. Dizeres em circulação no século XXI: as periodizações de Cavaliere e Guimarães

Como foi possível depreender a partir da análise apresentada na seção anterior, comparece nos dizeres *sobre* Said Ali (re)produzidos no século XX uma disputa entre o que se tem por científico e acientífico que, em última instância, fala dos lugares ocupados pela Filologia e pela Linguística nos estudos linguístico-gramaticais brasileiros. Como vimos, ora a prática filológica é significada como acientífica, ora como científica – nesse último caso, é comum se considerar que uma prática filológica científica advinda do exterior irá superar a prática dita acientífica –; ora, porém, considera-se que essa prática acientífica será superada não por uma Filologia científica, mas pela ciência Linguística, tal como formulada na Europa a partir do século XX com a publicação do *Curso*.

Segundo Orlandi (2002), a Filologia, no Brasil, se relaciona de forma tensa, marcada pelo equívoco e contradições, com a Gramática e com a Linguística. De acordo com a autora, a Filologia Portuguesa – à qual, conforme Nascentes ([1939] 2003a), Neto (1955), Bechara (1962) e Elia ([1963] 1975), se filiariam os estudos de Said Ali – é o que dá sustentação à produção dos estudos gramaticais, a partir do final do século XIX; já a Filologia Românica está na base dos estudos linguísticos que se projetaram a partir de meados do século XX – e a estes, conforme Câmara Jr. ([1961] 2004), se filiariam de forma precursora os estudos de Said Ali. A filiação ao quadro saussuriano, notadamente à chamada Linguística diacrônica, também comparece em Bechara ([1993] 2015), em artigo em que discorre sobre a *Gramática histórica* de Said Ali; e a identificação de Said Ali ao conceito de diacronia saussuriano, como vimos, também comparece em Elia ([1963] 1975), apesar de Said Ali neste ser significado como um filólogo filiado ao método histórico-comparativo. Não obstante isso, o fato é que com a distinção entre os lugares do gramático, do filólogo e do linguista e com a instituição e disciplinarização da chamada ciência Linguística nas universidades, os estudos filológicos foram progressivamente perdendo espaço e, conseqüentemente, o seu

estatuto como ciência da linguagem, embora ainda hoje tenhamos no Brasil estudos sob essa filiação sendo realizados.

Essa tensão no que concerne especificamente à relação entre Filologia e Linguística assinalada por Orlandi (2002) também comparece na periodização sobre os estudos linguísticos desenvolvidos no Brasil de Cavaliere (2001, p. 53), que, do lugar da *Historiografia Linguística*, ressalta inicialmente a dificuldade de se fazer uma periodização que considere conjuntamente essas duas disciplinas a partir de 1940. Isso porque, segundo esse periodicista, daí em diante se projeta nos estudos da linguagem uma separação entre elas que se torna visível em função da distinção de suas fontes:

Como o modelo proposto pelo estruturalismo, extremamente formal, distanciado da análise do texto, em nada contribuía para o avanço da filologia, esta manteve-se fiel ao historicismo herdado do século XIX, enquanto via a linguística enveredar por novas e cativantes sendas ao longo de todo o século XX. Disso resultou, como se sabe, certa discriminação da filologia, excluída aos poucos da discussão científica e ausente das novas teses acadêmicas ao longo de vários anos.

Apesar do acirramento dessa distinção entre as práticas filiadas ao lugar do filólogo e ao do linguista ocorrida, conforme Cavaliere (*ibid.*) e também Orlandi (2002), a partir dos anos 1940, nos dizeres *sobre* Said Ali em circulação no século XX o que se entende como o fazer do filólogo e o do linguista, como vimos na seção anterior, parece não estar ainda estabilizado. Essa desestabilização dos sentidos, todavia, como veremos a seguir, também se faz significar em textos (re)produzidos no século XXI, mesmo quando inscritos no mesmo domínio de saber.

Os sentidos que comparecem na sequência acima são importantes para pensarmos ainda a tensão entre o que se toma por científico e acientífico, o que será feito adiante. Por ora, faz-se preciso darmos continuidade à análise do gesto de interpretação empreendido pelo periodicista no que concerne ao recorte realizado. Dado o impasse apresentado e dizendo evitar, por um lado, a “quebra da necessária unicidade” do percurso trilhado pelos estudos linguísticos/filológicos e, por outro, a marginalização da filologia, Cavaliere (2001, p. 56) propõe uma abordagem “heterogênea” e orientada por dois fatores: “as fontes teóricas, que dão feição a novas ordens no desenvolvimento e difusão dos estudos linguísticos, e as obras representativas desses momentos de ruptura”.

Com base nesses fatores, Cavaliere distingue, então, quatro períodos. A obra de Said Ali situa-se no terceiro deles que, nomeado “científico”, vai de 1881 a 1941 e possui duas fases. A primeira dita “fundadora” vai até o primeiro decênio do século XX e é caracterizada pelo desenvolvimento tardio de estudos histórico-comparativistas,

notadamente aqueles em que se destacam teses sobre o evolucionismo linguístico, como os de Schlegel, Whitney e Max Müller. Sob essa orientação, conforme o periodicista, se impõe “um novo olhar sobre a gramática, em que o objeto, o fato gramatical deixa de ser contemplado para ser analisado” (ibid., p. 59-60). O primeiro texto em que se observa essa perspectiva é a *Grammatica Portugueza* de Júlio Ribeiro, de 1881. A partir dessa gramática, inicia-se uma “ampla produção de compêndios de língua vernácula em que muitas páginas se dedicavam aos estudos etimológicos, não obstante se ocupassem primordialmente da descrição do português contemporâneo” (ibid., loc. cit.). A par dos gramáticos que realizam esses estudos, avultam, no entender do Cavaliere, os nomes de Said Ali e de João Ribeiro, que, “beneficiados pelo extremado saber científico e pela vida longa, seguiram curso mais prolongado e profícuo em sua caminhada acadêmica” (ibid., loc. cit.).

A segunda fase desse período, nomeada “legatária”, caracteriza-se pelo seu viés dito “mais filológico”. Buscando inspiração nos trabalhos de Diez e Meyer-Lübke e adotando um “*corpus* eminentemente literário”, “o pesquisador ou filólogo ocupa-se essencialmente com o fato em língua vernácula, pautado por minuciosa pesquisa etimológica e pelo comparativismo típico da romanística europeia, no intuito de privilegiar as formas gramaticais mais fidedignas em face da tradição vernácula e da origem clássica” (ibid., p. 60-61). Embora situe Said Ali e João Ribeiro na primeira fase, Cavaliere ressalta que, em função da “intensa produção intelectual que caracteriza” as suas obras, ambos têm “participação ativa também nessa fase”, destacando-se Said Ali devido ao “vanguardismo na macrovisão da sinopse gramatical em sua *Gramática secundária* (...) e nos estudos semânticos em língua oral publicados nos *Meios de expressão e alteração semântica* (...)” (ibid., p. 60-61), de 1923 e 1930, respectivamente.

No que concerne especificamente aos textos inscritos no nome de autor Said Ali – os quais, segundo esse periodicista, como vimos, filiam-se à Filologia e têm caráter científico –, Cavaliere (ibid., p. 53-54) assevera que:

o verdadeiro legado do paradigma neogramático no Brasil está na obra de Said Ali, sobretudo nos estudos sintáticos publicados nas *Dificuldades da língua portuguesa*, em que nosso mestre desfila uma rica argumentação sobre estruturas como *se* indeterminado e *se* apassivador, com base na tese de “função psicológica de agente indeterminado” em estruturas como *compra-se o palácio* e *morre-se de fome* (Ali, 1966a, p. 92). Nesse estudo, aliás, Said Ali cita nominalmente as obras de Hermann Paul, *Prinzipien der Sprachgeschichte*, e de Gabelentz, *Die Sprachwissenschaft*, que tratam da distinção entre termos psicológicos e termos gramaticais.

Em outro momento, considerando a obra de Said Ali, assim como a de Julio Ribeiro e a de Câmara Jr., como um “um marco historiográfico, tendo em vista os efeitos de ruptura e construção da ordem acadêmica dele decorrente”, Cavaliere (ibid., p. 55) afirma que “já não vivemos a época de (...) um Manoel Said Ali, que lia os neogramáticos, enquanto os demais ocupavam-se do historicismo comparativista de Bopp, Grimm, Darmesteter, ou dos vernaculistas europeus”. Note-se, assim, que a significação de Said Ali, em Cavaliere, como neogramático se coloca em função da rede de filiações significativas que é mobilizada em seu dizer e do distanciamento e ruptura com o chamado “historicismo comparativista”.

Convém pontuar aqui que essa rede de filiação significativa na qual se inscreveria, segundo Cavaliere (2001), a obra de Said Ali é ainda mencionada por Neto (1955) e por Bechara (1962), em detrimento de este último também afirmar, em alguns momentos, a resistência de Said Ali, não só ao historicismo comparativista, mas também aos neogramáticos. Neto (1955, p. 111), inclusive, assim como Cavaliere, observando a filiação a essa abordagem psicológica de orientação neogramática, afirma ser justamente “esse caráter interpretativo que distingue a sintaxe de Said Ali, e a extrema da dos seus contemporâneos”. O autor, em função disso, o significa em seu dizer como um “estilicista”, isto é, em suas palavras, “um intérprete de estilos, mais interessado em surpreender estados d’alma, do que em formular regrinhas tão fúteis quanto insustentáveis à luz do raciocínio”.

Faz-se preciso pontuar ainda que esses desencontros em relação ao lugar projetado para Said Ali e suas obras na história do conhecimento linguístico-gramatical no/do Brasil ocorre também quando o sujeito-historiador/historiógrafo filia-se a um mesmo domínio de saber. Assim é que, distanciando-se do posicionamento de Cavaliere (2001), Hackerott (2012), pesquisadora também filiada ao quadro teórico da Historiografia Linguística, embora signifique, em seu dizer, Said Ali como um neogramático, considera que a ruptura instaurada pelos estudos filiados a esse nome de autor não se dá em relação ao chamado método histórico-comparado. De acordo com essa autora, “apesar da tardia institucionalização da disciplina Linguística, não se pode negar que desde o final do século XIX os estudos linguísticos já eram reconhecidos e praticados por pesquisadores brasileiros” (ibid., p. 53). Dentre esses autores, a historiógrafa inclui Said Ali, notadamente a partir da análise de três artigos que, sob o título “Estudos linguísticos”, foram publicados, em 1895, na *Revista Brasileira*, reeditados, em 1908, em *Dificuldades da língua portuguesa* e retomados,

posteriormente, na redação das gramáticas de sua autoria. Assim, afirma Hackerott (ibid., p. 53):

O resgate destes artigos e principalmente do que leva o subtítulo “A accentuação” torna-se relevante, pois é por meio deles que Said Ali se apercebe como protagonista de um novo programa de investigação autônomo no qual o objeto e a metodologia de análise estão bem definidos e divergem da tradição gramatical brasileira na época, inaugurando uma nova tradição de estudos sobre a linguagem: a Linguística.

Para instaurar essa outra tradição – a da Linguística –, Said Ali, no dizer de Hackerott, “fundamenta sua análise nos trabalhos dos neogramáticos”, significando-se como um linguista e rompendo com a tradição até então instituída no Brasil, a saber, segundo a autora, “a tradição da gramática filosófica que, na língua portuguesa, seguia as orientações de Jerônimo Soares Barbosa (1737-1816)” (ibid., loc. cit.). Ressaltemos aqui ainda que, diferentemente do que vimos nos outros autores analisados, para Hackerott, os neogramáticos filiam-se à Linguística, e não à Filologia.

Guimarães (2004b), o último periodicista por nós anunciado, do lugar da História das Ideias Linguísticas na sua relação com a Semântica Enunciativa, em sua periodização dos estudos sobre o português resultantes do processo de gramatização brasileiro, também elenca quatro períodos, os quais não são por ele nomeados. Said Ali é inserido no segundo período, que, semelhante ao que vimos nas periodizações anteriores, vai da segunda metade do século XIX, mais especificamente de 1881, ano em que é publicada a gramática de Júlio Ribeiro, aos anos 30 do século XX, quando são fundadas as primeiras Faculdades de Letras. Esse período, que, segundo o autor, caracteriza-se por ser o primeiro em que de fato “podemos falar em estudos do português do Brasil, mesmo que aqui se mantenham posições puristas e de unidade da língua em Portugal e no Brasil” (GUIMARÃES, 2004b, p. 28), é marcado pela publicação de várias gramáticas e estudos importantes sobre as especificidades do português brasileiro.

Dentre esses estudos das especificidades da língua do Brasil, o periodicista destaca como marco a publicação, em 1908, de *Dificuldades da língua portuguesa*, de Said Ali, obra que “é, como se sabe, um trabalho descritivo sobre pontos importantes da língua portuguesa, aí incluindo o problema da colocação dos pronomes átonos, que ele põe claramente em novos termos” (ibid., p. 31), e que “traz estudos clássicos e fundamentais sobre o futuro, o infinitivo pessoal e a colocação de pronomes átonos” (ibid., p. 47). Guimarães aponta ainda como textos fundamentais desse período a *Gramática Secundária* e a *Gramática histórica* de Said Ali, significando a sua obra

como “parte fundamental desta inflexão que desloca da língua nacional para a língua o objeto dos estudos de linguagem no Brasil” (ibid., p. 31).

Para refletirmos sobre esse gesto descritivo que, no dizer de Guimarães, organiza *Dificuldades da língua portuguesa*, recordemos o que afirma no artigo em que analisa as definições de gramática que aparecem na *Gramática secundária da língua portuguesa* de Said Ali, publicada em 1923:

Embora Said Ali enuncie a distinção entre dois tipos de gramáticas descritivas, uma prática (normativa) e outra científica, este lugar da gramática descritiva científica, que instala na história brasileira, não é preenchido por ele. Podemos dizer que este lugar fica posto desde este momento e será pela primeira vez preenchido por *Estrutura da Língua Portuguesa* de Mattoso Câmara em 1970. Diria que esta distinção de tipos de gramática e a formulação de um lugar para a gramática descritiva científica é sua marca enunciativa numa história brasileira. E no sentido de que estar na história é instalar uma temporalidade de sentidos. No caso presente ele instala a temporalidade na qual passa a significar uma gramática descritiva não normativa, mesmo que ele não a tenha produzido. (GUIMARÃES, 2004a, p. 68-69)

Como podemos ler na sequência acima, para Guimarães, embora Said Ali anuncie o lugar a ser ocupado por uma nova tradição de estudos da linguagem que tem como produto o que chama de uma gramática descritiva científica, nele esse autor não se inscreve, sendo esse lugar ocupado, a seu ver, somente na década de 1970 com a publicação de *Estrutura da Língua Portuguesa* de Mattoso Câmara Jr. Desse modo, a *Gramática Secundária* de Said Ali é, então, significada, no dizer de Guimarães, como uma gramática descritiva prática (normativa) – posicionamento do qual, como vimos, divergem Câmara Jr. ([1961] 2004) e Bechara (1962). Posto isso, apesar de em sua periodização o gesto descritivo que se afirma organizar o *Dificuldades da língua portuguesa* não ser especificado, em nossa leitura, tomando esses dois textos – a periodização e o artigo – em relação, consideramos que naquela o que se entende pode gesto descritivo refere-se ao que neste Guimarães caracterizou como uma prática descritiva normativa, ou seja, não científica.

Lagazzi (2012, p. 175), pesquisadora também filiada à História das Ideias Linguísticas, porém na sua relação com a Análise de Discurso, ao analisar a *Gramática Histórica da língua portuguesa* de Said Ali, retoma o posicionamento de Guimarães (2004a) para dele, no entanto, distanciar-se. Para ela, na gramática dita histórica de Said Ali há um gesto descritivo cujo efeito – a descrição – é tomada como “um procedimento constitutivo da posição linguista”. Segundo a autora, os limites entre uma perspectiva normativa, a perspectiva formal e perspectivas que recusam a noção de sistema “nem sempre são bem marcados quando se trata de pensar o papel da descrição na produção

do conhecimento linguístico, em seu papel de descrever uma língua” (ibid., p. 176). Assim sendo, afirma que “entre o normativo, o histórico e o descritivo em Said Ali, fica formulada a dificuldade na rigidez desses limites” e que essa dificuldade se faz significar “no gesto de descrever na *Gramática Histórica*” (ibid., p. 177).

Como podemos deprender pelo exposto, a polêmica instaurada no que concerne à materialidade da gramática dita histórica de Said Ali também se coloca em relação ao que se toma como científico e não científico, já que, como vimos em Lagazzi, o gesto de descrever é constitutivo da posição do linguista e, portanto, do domínio de saber da Linguística. Essa polêmica no que concerne à disputa entre o que é posto como científico e acientífico, entretanto, extrapola a materialidade dessa gramática, se estende, como vimos ao longo desta exposição, a outros textos filiados ao nome de Said Ali – como a *Gramática secundária* e o *Dificuldades da língua portuguesa* –, fazendo-se significar na forma como esse nome de autor é projetado na história do conhecimento linguístico-gramatical no/do Brasil.

Considerações Finais

Neste artigo, dedicamo-nos à análise de periodizações e de outros textos organizados por gestos historiográficos que tomam Said Ali e sua obra como objeto. A partir da análise empreendida, foi possível observar, nos mecanismos de citação e de apropriação de dizeres *de* Said Ali e *de* outros comentaristas de sua obra, o movimento ambíguo¹³ de significação dos textos filiados a esse nome de autor (re)produzido a partir dos gestos de interpretação empreendidos por sujeitos historiadores/historiógrafos ao se posicionarem como autores-comentaristas dos dizeres *de* Said Ali. Foi possível também observar o movimento de circulação desses dizeres *sobre* Said Ali ao longo dos séculos XX-XXI – movimento este que, como vimos, é marcado pela (re)produção dessa ambiguidade, por encontros e desencontros, permanências e rupturas, alianças e embates entre as posições a partir das quais as obras filiadas a esse nome de autor são significadas.

Como vimos, nos textos historiográficos aqui analisados, o início do século XX, é caracterizado predominantemente como um momento em que, devido à distância geográfica dos centros culturais europeus e da ausência de Faculdades de Letras, as teorias linguísticas chegavam ao Brasil tardiamente, produzindo-se, assim, um sentido

¹³ A expressão é de Castellanos Pfeiffer (2011).

de defasagem em relação aos estudos aqui desenvolvidos. Com a instituição das primeiras Faculdades de Letras, em 1939, colocou-se, então, a disputa entre as práticas ditas científicas e acientíficas, entre o que é tomado como Ciência e o que não é, o que teve como efeito o acirramento da distinção, conforme Cavaliere (2001) e Orlandi (2002), a partir da década de 1940 entre os domínios da Filologia e da Linguística.

A despeito disso, no entanto, nos textos historiográficos analisados, mesmo naqueles publicados após a segunda metade do século XX, essa distinção, no que concerne à significação dos dizeres *de Said Ali*, ainda não se encontrava estabilizada. Assim é que, em Nascentes ([1939] 2003a) e em Elia ([1963] 1975), Said Ali, sendo inscrito no período anterior à década de 1940, é significado como um filólogo e gramático autodidata cuja prática, apesar dos méritos reconhecidos, é posta como acientífica – e isto em detrimento de em Elia (ibid.) estar filiada ao chamado método histórico-comparativo. Em Neto (1955) e Cavaliere (2001), por outro lado, ele é significado como um filólogo neogramático e, em Hackerott (2012), como um linguista neogramático, entendendo-se nos três casos que rompe com a prática acientífica até então desenvolvida no Brasil. Difere-se, no entanto, para esses autores aquilo em relação a que se dá essa ruptura: em Neto, Said Ali rompe com a gramática normativa cujos estudos práticos não apresentam cunho científico; em Cavaliere, com a gramática histórico-comparada; e, em Hackerott, com a gramática filosófica.

Já, em Bechara (1962; [1993] 2015), Said Ali ora é significado como gramático, ora como filólogo, ora como linguista. Além disso, ora se coloca que ele se distancia do método histórico-comparado, ora dos neogramáticos, ora de ambos, rompendo com o domínio de saber da Filologia para, em sua *Gramática histórica*, filiar-se à ao da Linguística diacrônica tal como teria sido formulada no *Curso*. Também em Câmara Jr. ([1961] 2004), essa ruptura se dá em relação não somente aos saberes em circulação no Brasil, mas ao domínio de saber da Filologia, já que Said Ali é significado como um linguista estruturalista interessado – à semelhança de Saussure – pelos estudos sincrônicos – e não diacrônicos, como propusera Bechara ([1993] 2015).

Em Guimarães (2004a; 2004b), Said Ali é considerado como um gramático e como um linguista, respectivamente, mas, nesse último caso, não com o sentido que se instaurou a partir da publicação do *Curso*. E isso porque, embora se entenda que ele anuncia em sua obra o lugar da gramática descritiva científica, considera-se que esse lugar não chega a ser ocupado por nenhuma de suas obras, as quais se filiarão a uma

prática descritivo-normativa. Lagazzi (2012), por sua vez, significando Said Ali como linguista, observa, no entanto, que, devido à impossibilidade de estabelecimento de limites rígidos, a sua prática é marcada pela tensão entre o fazer normativo, o fazer histórico e o fazer descritivo.

Esses (des)encontros observados nos dizeres *sobre* Said Ali sugerem, diferentemente do que propõe a teoria kuhniana (KUNN [1962-1970] 1983), que não há superação de um paradigma científico por outro, mas o convívio entre diferentes domínios de saber em solo nacional do final do século XIX até pelo menos meados do século XX, o que nos aproxima da proposta de Lagazzi (2012) no tocante à inexistência de limites rígidos entre as práticas a esses domínios filiadas. Esse convívio é o que determinaria, por um lado, a identificação dos dizeres *de* Said Ali a diferentes redes de filiações significativas – o que ainda será verificado numa etapa posterior de nossa pesquisa –; e, por outro, os diferentes movimentos de significação empreendidos sobre os textos inscritos nesse nome de autor, uma vez que os sujeitos historiadores/histiógrafos e analistas, ao se projetarem no dizer como autores-comentaristas dos estudos linguístico-gramaticais no/do Brasil, notadamente daqueles filiados ao nome de Said Ali, não escapam à determinação ideológica.

Essa determinação é ainda, a nosso ver, o que estabelece as possibilidades e necessidades do dizer, impondo como evidência o que, a partir desses lugares, sob condições específicas de (re)produção, (não) pode e (não) deve ser considerado como científico. Ademais, além da porosidade entre os limites dos domínios da Filologia e da Linguística, entre as práticas ditas históricas, normativas e descritivas, a análise depreendida também colocou em questão o que (não) pode e (não) deve ser considerado como Linguística e estudos linguísticos, identificando posicionamentos que filiam os estudos de Said Ali publicados no final do século XIX e início do século XX ao domínio da Linguística. Dentre tais posicionamentos, destaca-se o de Hackerott, que, ao relacionar a esse domínio os estudos neogramáticos, distancia-se da posição hegemônica a partir da qual o *Curso* de Ferdinand de Saussure é significado como o seu marco inaugural e que produz, como vimos, ressonâncias em Câmara Jr. ([1961] 2004) e Bechara (1962; [1993] 2015).

Referências

AUROUX, S. (1992) *A revolução tecnológica da gramatização*. Trad. Eni P. Orlandi. 2ª. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2009.

- AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(e) enunicativa(s). In: *Cadernos de estudos linguísticos*. Campinas, 19, p. 25-42, jul/dez. 1990.
- ARRIVÉ, M. *Un moment important dans l'histoire des sciences humaines: l'œuvre de Ferdinand de Saussure*. Conférence Université de Lyon, 11 janvier 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2yXcgg3>. Acesso em: 15DEZ2015 às 15:35.
- BECHARA, E. M. *Said Ali e sua contribuição para a filologia portuguesa*. Tese de concurso uma cátedra de Língua e Literatura do instituto de Educação do Estado da Guanabara. Rio de Janeiro, 1962, 46 págs.
- _____. (1993) Primeiros ecos de F. de Saussure na gramaticografia de língua portuguesa. In: *Revista Confluência*, n. 48, 1.º semestre de 2015, pp. 9-16.
- CÂMARA JR., J. M. (1961) Said Ali e a língua portuguesa. In: UCHOA, C. A. F. (org.) *Dispersos*. Nova ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004, pp. 223-226.
- CASTELLANOS PFEIFFER, C. R.. “Obra Didática” de Frei Caneca na História das Ideias Linguísticas: configurações de um poder dizer. In: *Letras*, Santa Maria, v. 21, n. 42, p. 251-283, jan./jun. 2011.
- CAVALIERE, R. Uma proposta de periodização dos estudos linguísticos no Brasil. In: *Alfa*, São Paulo, 45, p. 49-69, 2001.
- COLOMBAT, B.; FOURNIER, J.M et PUECH, C. *Histoire des idées sur le langage et les langues*. Paris: Klincksieck, 2010.
- COSTA, T. de A. da. *Discurso gramatical brasileiro: permanências e rupturas*. Campinas, SP: Pontes editores, 2019a.
- _____. Alguns apontamentos para uma história da HIL na França e no Brasil. In: *Línguas e instrumentos linguísticos*, Nº 44, pp. 9-34, 2019b.
- DE CERTEAU, M. (1975) *A escrita da história*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- ELIA, S. (1963). Os estudos filológicos no Brasil. *Ensaio de filologia e linguística*. 2ª ed. refundida e aumentada. Rio de Janeiro, Grifo; Brasília, INL, 1975, pp. 117-176.
- FARACO, C. A. *Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. 2ª. ed. rev. e amp. São Paulo: Parábola editorial, 2005.
- FOUCAULT, Michel. O que é um autor? (1969-1983). In: *Ditos e escritos III - Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. pp. 264-298.
- _____. *A Ordem do discurso*. 15ª ed. São Paulo: Loyola, 2007.
- GUIMARÃES, E. Entre o indivíduo e o povo: uma política da língua em Said Ali. In: *História da semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 2004a, pp. 65-78.
- _____. “Panorama e periodização” e “Acontecimentos institucionais e estudos do português”. In: *História da semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 2004b, pp. 23-26; 27-52.
- HACKEROTT, M. M. S. Said Ali e a acentuação: primórdios da Linguística no Brasil. In: *Estudos de Linguística Galega*, vol 3, 2011, pp. 51-64.
- HORTA NUNES, J. Uma articulação da análise de discurso com a história das ideias linguísticas. In: SHERER, Amanda Eloina; PETRI, Verli (orgs). *Língua, Sujeito e*

- História*. v. 18. n.37. Santa Maria, UFSM: Programa de pós-graduação em Letras, jul/dez. 2008, p. 107-133.
- KUHN, T. (1962-1970) *La structure des révolutions scientifiques*. Paris: Flammarion, 1983.
- MACIEL, Maximino. Breve retrospecto sobre o ensino da língua portuguesa (1910). In: *Revista Relatos* 3. Jun/1996. Disponível em: <https://bit.ly/2VTXn7b>. Acesso em: 10 de Ago. de 2014.
- MARIANI, B. Língua portuguesa e realidade brasileira: o diretório de pombal segundo Celso Cunha. In: *Revista Organon*, Porto Alegre, V. 9, n. 23, p. 131-143, 1995.
- _____. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: UNICAMP, 1998.
- MEDEIROS, V. G. “Uma reflexão sobre intervenções dos escritores e o efeito verdade”. In: FLORES, G. G. B.; GALLO, S. M. L.; LAGAZZI, S.; NECKEL, N. R. M.; PFEIFFER, C. C.; ZOPPI-FONTANA, M. G. (orgs.). *Análise de Discurso em Rede: Cultura e Mídia*. Vol. 3. Campinas: Pontes, 2017, pp. 131-142.
- NASCENTES, A. (1939) A Filologia Portuguesa no Brasil. In: NETO, R. B. (org.). *Estudos filológicos*. Volume Dedicado à memória de Antenor Nascentes. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2003a, pp. 186-204.
- _____. (1939) O Colégio Pedro II e a Filologia Portuguesa. In: NETO, R. B. (org.). *Estudos filológicos*. Volume Dedicado à memória de Antenor Nascentes. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2003b, pp. 219-224.
- NETO, S. da S. Manuel Said Ali (in memoriam). In: *Revista Brasileira de Filologia*, 1, tomo 1, 1955, pp. 109-112.
- ORLANDI, E. A leitura proposta e os leitores possíveis. In: ORLANDI, Eni. P. (org.). *A leitura e os leitores*. Campinas, SP: Pontes, 1998.
- _____. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____. (1996) *Interpretação; autoria, leitura e efeitos de trabalho simbólico*. 5ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.
- _____. (1990) *Terra à vista – Discurso do confronto: velho e novo mundo*. 2ª ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2008.
- _____. *Língua Brasileira e outras histórias – Discurso sobre a língua e ensino no Brasil*. Campinas: Editora RG, 2009.
- PÊCHEUX, M. (1975) *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.
- _____. (1983) *O Discurso: Estrutura ou acontecimento?* 4ª ed. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas, Pontes, 2006.
- _____. (1969) Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso*. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Ed. UNICAMP, 2010, p. 61-161.
- WHITE, H. Teoria literária e escrita da história. In: *Revista Estudos Históricas*, FGV, v. 7, n. 13, 1994, pp. 21-48.